



SANTOS, António Feliciano dos (n. 1942)

Deputado do Partido Socialista (PS) pelo círculo de Lisboa, casado, filho de Maximiano dos Santos e de Maria de Lurdes Roque, nasceu em 15 de julho de 1942 na localidade de Fernandinho, na Freguesia de Ventosa, no concelho de Torres Vedras. Tendo completado o 1.º ciclo liceal, exercia a profissão de motorista à data da sua eleição. Não lhe é conhecida qualquer intervenção parlamentar durante a Assembleia Constituinte. Não fez parte dos deputados eleitos nas eleições seguintes para a Assembleia da República realizadas em 1976.

Ricardo Castro

Fontes

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual; Resultados das eleições para a Assembleia da República, Suplemento ao *Diário da República*, I Série, n.º 122, de 25 de maio de 1976, p. 1176 (1-5).

SANTOS, Artur Cortez Pereira dos (n. 1947)



Deputado do Partido Socialista (PS) pelo círculo de Setúbal. Filho de Eduardo Luís Pereira dos Santos e de Deolinda Cortez Pereira, nasceu a 19 de maio de 1947, no distrito de Lisboa. Casado. Frequentou o 7.º ano e desempenhou funções como empregado de escritório (2.º escriturário) e foi membro da Comissão Nacional do Partido Socialista. Durante a Assembleia Constituinte, interveio cerca de 21 vezes, estando presente em todas as sessões (inclusive na última). Na sessão n.º 33, de 20 de agosto de 1975, começa por analisar a situação política do país, constatando a presença de forças que semeiam o sectarismo entre os trabalhadores. Em oposição à ideia expressa pelo ministro Vasco Gonçalves, afirma que a Revolução só pode ser feita com o povo. Acusa a Intersindical de evidenciar o repúdio dos trabalhadores por um organismo sindical e que o agravamento do processo de descolonização, a violência do norte do país e situações anárquicas (como, por exemplo, a suspensão e ameaça de saneamento de trinta jornalistas, que constituíam o *Diário de Notícias*) são consequências que resultam de uma contestação de todos os trabalhadores perante a crise de autoridade e incapacidade governativa. Na sessão n.º 64, de 16 de outubro, intervém na discussão do artigo 7.º do parecer da Comissão dos Direitos e Deveres Fundamentais relativo ao Título III (Comissão de Trabalhadores). Na mesma sessão,

afirma que os trabalhadores não têm medo do controle de gestão e acusa o PPD de não aceitar essa realidade. Na sessão n.º 66, de 21 de outubro, intervém na discussão do artigo 23.º (Família), salientando a importância do planeamento familiar e sugerindo a promoção de formação de quadros preparados, de modo a existir uma maior divulgação dos métodos de planeamento e campanhas de consciencialização de paternidade. Na sessão n.º 69, refere-se ao absentismo dos deputados nos trabalhos da Assembleia. Numa breve intervenção, na sessão n.º 71, afirma que o deputado Alfredo de Sousa (PPD) está a referir-se a uma prática da Comissão de Extinção da ex-PIDE/DGS. Na sessão n.º 76, de 6 de novembro, acerca da questão levantada pela Mesa no sentido da prorrogação do período de elaboração da Constituição, salienta que os representantes de partidos, que apoiam a ideia de segunda-feira sem trabalho, criticam quem não devem. Na sessão n.º 87, de 2 de dezembro, pergunta ao deputado Carlos Brito (PCP) se, quando fala de militares progressistas, refere-se também aos oficiais do PM que conduziram processos de tortura. Na sessão n.º 90, de 5 de dezembro, pergunta ao deputado Emídio Guerreiro (PPD) se as suas afirmações se compatibilizam com as informações de Sá Carneiro. O deputado do PPD responde que não fala em nome do partido (não sendo da responsabilidade de Sá Carneiro), mas faz apenas a sua interpretação do programa. Na sessão n.º 91, de 9 de dezembro, o deputado Artur Cortez apresenta uma moção em que repudia o ato repressivo, contra os democratas espanhóis, que se reuniram por ocasião do 50.º aniversário da morte de Pablo Iglesias, e exige às autoridades espanholas a libertação dos democratas e socialistas presos. Na sessão n.º 99, de 6 de janeiro de 1976, tece algumas considerações e coloca questões sobre problemas de ensino que dizem respeito aos trabalhadores-estudantes. Sublinha a falta de apoio e recursos e apresenta um requerimento ao Ministério da Educação e Investigação Científica a solicitar informação acerca dos estudos e planos existentes para o enquadramento dos trabalhadores-estudantes no ensino; uma previsão para a satisfação das suas reivindicações; se existe a possibilidade de os dispensar duas horas por dia e quais os estudos para a criação da Universidade Aberta. Na sessão seguinte, afirma que o deputado José Magro (PCP) se esqueceu de mencionar a política de Vasco Gonçalves e os entraves ao avanço das forças de produção, através dos boicotes da Intersindical. Na sessão n.º 104, de 15 de janeiro, pergunta ao deputado Avelino Gonçalves (PCP) como é que concilia a sua intervenção, sobre a independência dos sindicatos em relação aos partidos e Estado, com o facto de a Intersindical Nacional estar ao serviço do seu partido. Questiona ainda se o conceito de progressistas está relacionado com o ex-ministro Costa Martins e se não manifestou desagrado pelo facto de os quadros do Ministério do Trabalho estarem a ser invadidos por membros do Partido Comunista. Na sessão seguinte, diz ao deputado Vital Moreira (PCP) que as comissões de moradores têm o direito de terem conhecimento sobre os planos de energia nuclear do país, por motivos relacionados com as suas funções. Na sessão n.º 107, de 4 de fevereiro, pergunta ao deputado Fernando Roriz (PPD) se a prática democrática, que menciona na sua intervenção, advém da prática da Juventude Social Democrata e das ligações do PPD à FLA (Frente de Libertação dos Açores), que tem conhecimento de ser um movimento terrorista fascista. Na sessão seguinte, pede um pedido de esclarecimento ao deputado Teodoro da Silva (PPD), perguntando se as experiências dos emigrantes portugueses se relacionam com a forma

desumana em que vivem. Na sessão seguinte, quando o deputado Afonso Dias (UDP) pergunta quem compactuou com os avanços do fascismo, Cortez afirma que foram os do seu partido. Na sessão n.º 110, de 10 de fevereiro, apresenta um requerimento a solicitar que o Ministério do Comércio Externo informe acerca da construção indiscriminada das barracas na praia do Portinho da Arrábida e zonas limítrofes; quem autorizou; se existe algum plano de aproveitamento turístico e projeto social e quais as solicitações dos sindicatos e organizações de trabalhadores sobre o mesmo. Na sessão n.º 116, subscreve uma proposta no sentido da substituição da designação “Assembleia da República”. Na sessão seguinte, fala dos 48 anos de opressão, obscurantismo do fascismo e do sectarismo e divisionismo nos locais de trabalho. Termina afirmando que a Reforma Agrária é possível. Na sessão n.º 123, de 23 de março, afirma que as conclusões do deputado Manuel Ramos (PS) não foram claras e pergunta se as declarações do Dr. Sá Carneiro não estariam inseridas numa manobra demagógica reacionária com fins eleitoralistas. Por último, na sessão n.º 131, de 2 de abril, faz uma declaração de voto relativamente ao texto constitucional, dizendo que está consciente de que corresponde aos anseios dos portugueses e nela estão as conquistas dos trabalhadores.

Mariana Castro

Fontes

Arquivo Histórico Parlamentar, Assembleia Constituinte, Registo Biográfico dos Deputados, 1975-1976. Processo individual; *Diário da Assembleia Constituinte*, n.º 34 (21 de agosto de 1975, p. 891-892); n.º 65 (17 de outubro de 1975, p. 2032-2035); n.º 67 (22 de outubro de 1975, p. 2107-2108); n.º 70 (25 de outubro de 1975, p. 2232); n.º 72 (30 de outubro de 1975, p. 2311); n.º 77 (7 de novembro de 1975, p. 2512); n.º 88 (3 de dezembro de 1975, p. 2852); n.º 91 (6 de dezembro de 1975, p. 2966-2967); n.º 92 (10 de dezembro de 1975, p. 2986); n.º 100 (7 de janeiro de 1976, p. 3237-3238); n.º 101 (8 de janeiro de 1976, p. 3282); n.º 105 (16 de janeiro de 1976, p. 3413); n.º 106 (17 de janeiro de 1976, p. 3479); n.º 108 (5 de fevereiro de 1976, p. 3535); n.º 109 (6 de fevereiro de 1976, p. 3582-3584); n.º 110 (7 de fevereiro de 1976, p. 3613); n.º 111 (11 de fevereiro de 1976, p. 3640); n.º 117 (11 de março de 1976, p. 3885); n.º 118 (12 de março de 1976, p. 3892-3895); n.º 124 (24 de março de 1976, p. 4096-4097); n.º 132 (3 de abril de 1976, p. 4450).

SANTOS, Casimiro Paulo dos (n. 1940)



Deputado do Partido Socialista (PS) eleito pelo círculo de Lisboa, casado, filho de Faustino dos Santos e de Maria Rosa Augusta, nasceu a 11 de julho de 1940 na Azambuja, distrito de Lisboa. Tendo concluído o 2.º grau da instrução primária, quando foi eleito exercia a profissão de electricista. Era igualmente membro da Comissão Nacional do Partido Socialista. Durante a Assembleia Constituinte, na sessão de 11 de fevereiro de 1976, no período anterior à ordem do dia, proferiu um discurso em prol da classe operária. Procurou contrariar certas ideias formadas no hemiciclo que alegavam que as lutas operárias dentro das empresas tinham um